

## VII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARXENGELS

### A REVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DE JACOB GORENDER

Tiago Pansera<sup>1</sup>

Grupo de Trabalho 2 – Os marxismos

#### INTRODUÇÃO

As produções historiográficas marxistas elaboradas durante o século 20 se tornaram fontes de pesquisa histórica, ao ensejarem um importante debate sobre a história do Brasil, desde a Colônia. Algumas obras caracterizaram-se pelo pioneirismo ao abordar assuntos inéditos, ou por vislumbrá-los sob outro olhar metodológico, tornando-se referenciais em relação às produções anteriores. Outras escrituras complementaram o conhecimento científico existente, com valiosas contribuições teóricas para as ciências sociais.

Neste artigo, objetivamos analisar criticamente as contribuições teóricas e metodológicas do historiador brasileiro Jacob Gorender, para a história do Brasil. A sua obra *O escravismo colonial* se tornou fonte de pesquisa histórica, ao ensejar importantes debates sobre a história do Brasil, explorando o conceito de modo de produção, da história material. O autor produziu uma teoria histórica socialmente engajada, a partir de um posicionamento político definido, buscando compreender os motivos do subdesenvolvimento econômico e o atraso político do Brasil.

Desenvolvemos a presente investigação historiográfica durante curso de Mestrado em História, da Universidade de Passo Fundo - UPF, com financiamento integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, utilizando as bibliografias como principal fonte histórica. Em tempo, ressaltamos que esta versão foi revisada e recebeu modificações na narrativa. A escolha de temática resultou de discussões com o professor-orientador, pela busca de um assunto que permitisse conhecer e compreender a produção historiográfica marxista sobre a História do Brasil e pela singular importância teórica e metodológica da obra de Jacob Gorender.

---

<sup>1</sup> Pesquisador independente. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo – UPF.

## 1 INTELLECTUAL ORGÂNICO DA ESQUERDA

Jacob Gorender nasceu em 1923, em Salvador, onde passou sua infância. Era filho de Nathan Gorender, um judeu ucraniano socialista revolucionário e anti-sionista. Após concluir os estudos primários e ginasiais, ingressou na Faculdade de Direito de Salvador, em 1941. Militante da União dos Estudantes da Bahia, foi cooptado para participar de uma pequena célula comunista estudantil do Partido Comunista do Brasil [PCB], fundada por Mário Alves. Nos anos 1940, tomou parte nas mobilizações que defendiam a declaração de guerra à Alemanha Nazista, em 1943 ingressou na Força Expedicionária Brasileira [FEB] e, no ano seguinte, partiu para frente de batalha, na Itália. Quando voltou, iniciou a militância profissional no PCB, integrando o Comitê Central nos anos 1950.

Segundo o historiador sul-rio-grandense Mário Maestri, “em 1955, [Gorender] integrou a segunda turma brasileira a cursar a escola superior de formação de quadros do PCURS, na antiga sede da Internacional Comunista, a uns trinta quilômetros de Moscou”. Mais tarde, em 1968, saiu do PCB por divergências referentes à sua condução política e participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário [PCBR]<sup>2</sup>.

Durante a ditadura militar (1964-1985), em 1970, foi preso e torturado. Durante o cárcere, apresentou como curso um primeiro plano de sua interpretação da formação social brasileira, que desenvolvia antes de sua *queda*. Defendia, sobretudo, a inexistência do feudalismo no Brasil devido à dominância da produção colonial no passado, e conseqüentemente, a possibilidade-necessidade de transição direta para o socialismo. Ao ser libertado, no ano seguinte, não retornou à militância revolucionária orgânica. Somente em meados dos anos 1990 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores [PT]<sup>3</sup>.

Nas palavras de Maestri, “em 1974, aos 51 anos, com o apoio econômico de alguns amigos, [...] dedicou-se plenamente à redação de *O escravismo colonial*, que completou dois anos mais tarde, em 1976, ainda em plena ditadura militar [...]”<sup>4</sup>. Em sua tese, Gorender propunha que o escravismo colonial fora um modo de produção singular,

---

<sup>2</sup> Mário Maestri, “O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender”. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/035/35maestri.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2010. p. 02.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*. p. 05.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*. p. 05.

diverso à escravidão clássica, sobretudo nas formações sociais americanas, após o século 16, conforme investigamos, sinteticamente, nas próximas linhas.

## 2 O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA COLONIAL

Segundo Jacob Gorender, “o primeiro problema, que se apresenta ao estudioso do escravismo colonial, é, decerto, o confronto entre os portugueses [...] e as tribos indígenas habitantes deste mesmo território desde tempos indefinidos”. A invasão territorial lusitana confrontou duas formações sociais distintas. Os invasores procediam de uma sociedade feudal, “pioneira do mercantilismo e uma das mais avançadas do Ocidente Europeu da época”. Os ocupantes do território a ser conquistado, constituíam sociedades em estágios de desenvolvimento dos modos de produção anteriores. Possuíam “um modo de vida nômade”, vivendo em sociedades tribais <sup>5</sup>.

Amparado nos pressupostos marxistas, Gorender propõe que o resultado desse encontro foi a apropriação das terras e a *escravização dos nativos*, processo do qual se gerou, inicialmente, o modo de produção escravista colonial. Do mesmo modo, lembra que esse modo de produção não foi uma invenção arbitrária ou uma simples transposição. Ele “surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo sócio-econômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço”. Ao tratar das formações sociais, dos modos de produção e de suas singularidades, abriu um parêntese na narrativa para destinar uma importante crítica a cientistas sociais que sacralizaram textos marxianos e marxistas clássicos. Escreveu: “[...] acredito estéril a posição dos que sacralizam cada ponto e cada vírgula saídos da pena dos clássicos do marxismo, o que obriga a rejeitar sequer a possibilidade de contradições entre uma e outra passagem de escritos de períodos diferentes [...]” <sup>6</sup>.

Segue a crítica: “[...] como se os clássicos também não devessem percorrer os caminhos penosos da elaboração teórica, em cujo curso a hipótese e o erro fazem parte do processo de conquista da verdade”. O autor também disparou contra as tentativas de comparação e equiparação do escravismo colonial, do feudalismo e do capitalismo: “É

---

<sup>5</sup> Jacob Gorender, *O escravismo colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 53

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 54, 56

tentador tentar equiparar o escravismo colonial ao capitalismo e isto nos conduz a um beco sem saída. Igualmente tentador é equipará-lo ao escravismo antigo”<sup>7</sup>.

No segundo capítulo de *O escravismo colonial*, Gorender discute sistematicamente as características e a aplicação da categoria sociológica *escravidão*. Embora tenha um caráter teórico-conceitual, essa discussão torna-se fundamental para compreender a constituição da formação social colonial no Brasil e a correta categorização do termo contribui para facilitar o entendimento do modo de produção escravista colonial. Conforme o autor, “a escravidão é uma categoria social que, por si mesma, não indica um modo de produção”. Prossegue na apresentação: “Mesmo com função produtiva, a escravidão pode aparecer de maneira mais ou menos acidental e ser meramente acessória de relações de produção de tipos diferente”<sup>8</sup>.

Considerando que a principal característica de um ser escravizado era ser propriedade de outro ser humano, Jacob Gorender fundamentou seu pensamento nas argumentações do filósofo grego Aristóteles. Para esse pensador da Antiguidade, “o escravo, instrumento vivo como todo o trabalhador, constitui ademais ‘uma propriedade viva’” com três atributos essenciais: ser propriedade de outro ser humano, perpetuidade e hereditariedade da condição servil. O cativado mantinha este *status* por toda a vida e transmitia-o automaticamente para seus filhos<sup>9</sup>.

### **3 CATEGORIAS SOCIAIS NÃO-HEGEMÔNICAS NO ESCRAVISMO COLONIAL**

No estudo das relações econômicas e sociais entre escravizados e escravizadores, Jacob Gorender também abordou, sucintamente, algumas categorias sociais complementares, embora não se formaram condições objetivas para concretização de um modo de produção alternativo ao escravismo. Para o autor, nas plantagens escravistas necessitava-se de determinada quantidade de trabalhadores qualificados, para exercer algumas funções de maior complexidade no processo produtivo. *Trabalhadores livres* assalariados ou dependentes. No início do período colonial, “não podiam ser índios ou

---

<sup>7</sup> Gorender, *O escravismo colonial*, Cit., p. 56-58

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 60

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 60, 61, 63.

africanos, ao quais se reservava o trabalho braçal carente apenas de rudimentar adestramento”. Portanto, inicialmente, “os trabalhadores qualificados teriam de ser homens livres trazidos da Europa e pagos a salário”<sup>10</sup>.

Entre os trabalhadores estrangeiros que migraram para a Colônia, Gorender identificou as seguintes especialidades: alfaiates, caldeireiros, carpinteiros, ferreiros, marceneiros, mestres de açúcar, mestres de engenho, oleiros, pedreiros, sapateiros, seleiros, entre outros. “Vinham de Portugal, da Galícia, e das Canárias, às custas do donatário ou de senhores de engenho”<sup>11</sup>.

Outra importante categoria social presente, eram os homens livres *agregados*, ou *moradores*. “No nordeste, chamavam-se quase sempre moradores, ao passo que no sul a denominação de agregados é mais freqüente, constando de levantamentos demográficos oficiais”. As condições básicas necessárias para se tornar um agregado, era ser um trabalhador livre e residir em terras alheias. Jacob Gorender utilizou as palavras do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire para refinar sua definição sobre aquela categoria: “Denominam-se agregados indivíduos que nada possuem de seu e que se estabelecem em terreno de outrem”. Os agregados, no seu conjunto, praticavam uma economia – no essencial – natural. Não possuíam uma forte expressão econômica no contexto do modo de produção escravista colonial, tendo desempenhado papel político e social pouco dinâmico naquele contexto<sup>12</sup>.

Havia, também, os *pequenos cultivadores independentes e não-escravistas*, os posseiros e os pequenos proprietários de terra sitiantes. Suas atividades econômicas situavam-se na periferia do escravismo. Para Gorender, “enquanto os agregados eram pequenos cultivadores dependentes da plantagem, os posseiros e sitiantes situavam-se fora dos limites da plantagem e tão-somente por isso pode-se dizer que eram independentes” Praticavam uma economia natural, para satisfazer suas necessidades elementares. Quando produziam excedentes, havia certo nível de mercantilização, dependendo da localização geográfica<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Gorender, *O escravismo colonial*, Cit., p. 288

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 288-289

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 291, 292, 293 *apud* Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1972.

<sup>13</sup> Gorender, *O escravismo colonial*, Cit., p. 298

#### 4 LEIS TENDENCIAIS ESPECÍFICAS DO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA COLONIAL

Jacob Gorender dedicou dez capítulos de *O escravismo colonial* para a exposição das leis tendenciais do modo de produção escravista colonial, entretanto, selecionamos apenas algumas para discussão, considerando sua generalidade. Para o autor, o escravismo americano foi colonial por ser “um modo de produção dependente do mercado metropolitano”, sem o qual não subsistiria. Da mesma forma, definiu a aplicação do termo *colonial*, da época mercantilista, como puramente econômico, caracterizado por três traços principais: “1.º - economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas [...]”. “2.º - troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo na pauta de importações [...]”. “3.º - fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo”<sup>14</sup>.

Segundo Gorender, o escravismo colonial se diferenciava do escravismo antigo-patriarcal, e do feudalismo. O desenvolvimento intensificado do comércio não provocava um efeito desagregador das estruturas internas do escravismo americano – ao contrário, potenciava-o horizontalmente e verticalmente. Em suas palavras, “o escravismo colonial nasce e se desenvolve com o mercado como sua atmosfera vital”. Ainda, destaca que todo o regime de exploração do produtor direto se rege por uma lei específica de apropriação do sobretrabalho. “No escravismo colonial, a lei de apropriação do sobretrabalho formula-se da seguinte maneira: *a exploração produtiva do escravo resulta no trabalho excedente convertido em renda monetária*”<sup>15</sup>.

Outra lei específica do modo de produção escravista colonial era a *Lei da inversão inicial de aquisição do escravo*. Gorender identificou três grandes modalidades de aquisição de cativados: captura, compra e criação. Concentramo-nos na modalidade dominante. “Ao comprar o escravo, o plantador adquiriu o direito de dispor de sua força de trabalho a vida inteira. A compra do escravo encerra função econômica precisa: a de assegurar ao plantador uma força de trabalho permanentemente disponível”. Uma ruptura

---

<sup>14</sup> Gorender, *O escravismo colonial*, Cit., p. 170

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 171, 164

radical com as visões culturalistas da escravidão como forma de registro ou manutenção do *status* senhorial. No entanto, a simples compra não o submetia a um uso produtivo. O escravizador deveria *usar* essa força de trabalho. Para usá-la, tinha um novo custo, aplicado no sustento, vestimentas e manutenção dos produtores escravizados. Os trabalhadores precisavam receber diariamente “alimentos, vestuário, abrigo, tempo de repouso, remédios nas eventualidades de doenças, etc. se não for sustentado, o escravo se tornará incapaz de trabalhar e de nada servirá a compra efetuada pelo plantador”<sup>16</sup>.

Retomando leitura marxiana da valorização da produção pela incorporação de força de trabalho parcialmente apropriada pelo explorador, Jacob Gorender evidencia que o sustento dos cativados não representava dispêndio adicional, mas custos operacionais. Cada trabalhador se sustentava “com uma parte do que ele próprio produz durante a jornada de trabalho, isto é, com o tempo de trabalho necessário à reprodução da sua força de trabalho desgastada no processo de produção”<sup>17</sup>.

## **5 OUTRAS INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O ESCRAVISMO NO BRASIL**

Em seu estudo, Jacob Gorender investigou algumas produções historiográficas e sociológicas que produziram análises incompletas sobre a história do Brasil. Em sua opinião, esses autores se basearam em *fragmentos* da realidade colonial, ou operações comerciais e/ou financeiras que não representavam a totalidade, a essência, da produção escravista.

Para ele, o início da urbanização e da industrialização despertou o imaginário de historiadores e sociólogos, propiciando o surgimento das *teorias dualistas*, da contraposição entre o setor moderno (cidades) e o setor arcaico (campo). Foi na obra do economista fluminense Ignácio Rangel (1914-1994) “que o dualismo como interpretação do passado ganhou expressão realmente teorizada”. Conforme a teoria de Rangel, a economia brasileira estava sujeita a duas ordens de leis, que regiam duas ordens de relações de

---

<sup>16</sup> Gorender, *O escravismo colonial*, Cit., p. 174

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p. 174

produção: o escravismo, no meio produtivo rural e as relações comerciais, no comércio mundial<sup>18</sup>.

Gorender referiu-se a outro autor defensor da teoria dualista: o historiador marxista e ex-oficial do exército brasileiro, Nelson Werneck Sodré (1911-1999). Segundo a interpretação sodreana, a ocupação lusitana implantou dois modos de produção na colônia. Na faixa litorânea, dominada pelos engenhos de açúcar, estabeleceu-se o escravismo colonial. No interior, desenvolveu-se o feudalismo.

Outros autores defenderam a existência de um *modo de produção capitalista incompleto*, centralizando “o estudo da história no caráter exportador da economia colonial” e conduzindo “à concepção do escravismo colonial como uma espécie de etapa inferior do capitalismo ou capitalismo incompleto”. O sociólogo e ex-presidente da república entre 1994 e 2002, Fernando Henrique Cardoso, tornou latente as contradições da tese do capitalismo incompleto, em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, publicado em 1962. Na opinião de Jacob Gorender, Cardoso “fez do capitalismo uma categoria em que podem caber os tipos mais diversos de economia e, entre eles, o ‘modo colonial de produção capitalista’ ou ‘modo capitalista de produção colonial’”<sup>19</sup>.

Gorender também dedicou alguns trechos da sua análise a algumas escrituras do também sociólogo e antropólogo brasileiro, Florestan Fernandes, que se distinguiria “justamente por ter resistido à tentação de descobrir o capitalismo à viva força na sociedade colonial brasileira”. Porém, “caracterizou a sociedade escravista como ‘sociedade de castas’, ‘ordem escravocrata-senhorial’ ou ‘regime de castas e estamentos’”. Ao aplicar categorias funcionalistas e weberianas em sua análise, Florestan Fernandes teve consciência das suas limitações teóricas e incluiu categorias marxistas: “Estas, não-obstante, são usadas ao nível metodológico superficial, como apêndices de uma estrutura conceitual que lhes é estranha”, portanto, “o resultado não poderia deixar de ser o de um desconjuntado ecletismo”<sup>20</sup>.

Diferenciando-se das investigações anteriores, alguns autores adaptaram as relações de dominação e subordinação entre metrópoles e colônias, em uma lógica

---

<sup>18</sup> Gorender, *O escravismo colonial*, p. 302, 303, 304 apud Ignacio Rangel, *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Progresso, 1957.

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p. 304, 305, 306; Nelson Werneck Sodré, *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 309

*integracionista* ou de *capitalismo puro*. Na opinião de Jacob Gorender, as escrituras do historiador argentino Sergio Bagú e do economista e sociólogo alemão André Gunder Frank representaram esta lógica. Tratava-se de uma teoria que integrava metrópoles e colônias a nível mundial, nacional, regional, provincial e local. Gorender classificou esse esquema teórico de supra-histórico: “esta operação discursiva torna-se tanto mais conflitante com os fatos quanto mais recuamos no tempo, ao estudar a história mundial do capitalismo”<sup>21</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 1970, durante a ditadura militar brasileira e no auge da Guerra Fria, protagonizada pelos Estados Unidos – EUA e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, o historiador Jacob Gorender identificou a existência de um modo de produção específico no Brasil Colônia, o *escravismo colonial*. Através de amplos e sistemáticos estudos, superou as contradições epistemológicas do marxismo, naquele período. Concluiu que esse modo de produção foi criado em um contexto singular de dominação colonial e expansão do mercantilismo e foi extinto pela evolução das forças produtivas e pelo fim do tráfico de africanos escravizados.

Embora a obra de Gorender tenha se destacado qualitativamente nas discussões sobre o Escravismo Colonial, é importante ressaltar que a sua realização foi possibilitada pelos trabalhos anteriores de outros historiadores, economistas e sociólogos, que pesquisaram o assunto e produziram diversas e ricas interpretações. Em verdade, Jacob Gorender empreendeu extensa e revolucionária análise das leis fundamentais do modo de produção escravista colonial. Reconheceu a existência de um modo de produção singular, criado em um contexto de dominação colonial e expansão do mercantilismo.

---

<sup>21</sup> Gorender, *O escravismo colonial*, Cit., p. 311, 313; Sergio Bagú, *Estructura social de La Colonia (Ensayo de historia comparada de America Latina)*. Buenos Aires: Libreria El Ateneo Editorial, 1952; Andre Gunder Frank, *Capitalism and undevelopment in Latin America*. Londres: Penguin Books, 1971.